



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO 001/2022

2º TERMO ADITIVO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E A UNIVERSIDADE DO PORTO. PARA DESENVOLVIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957 e regulamentada pelo Decreto nº 6.821 de 14 de abril de 2009 que alterou o Decreto 44.045 de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 616 Conj. D, Lote 115 - L2 SUL Brasília - DF, CNPJ nº 33.583.550/0001-30, CF/DF nº 33583550000130, por seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei nº 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, nomeado pela Ata da Reunião de Plenária do Conselho Federal de Medicina, publicada no DOU nº 194, seção 1, no dia 07 de outubro de 2024, e a UNIVERSIDADE DO PORTO, com sede na Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto, Portugal, representada pelo seu Reitor, PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO SOUSA PEREIRA, através da sua FACULDADE DE MEDICINA, com sede na Alameda Professor Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto, Portugal, representada pelo PROFESSOR DOUTOR ALTAMIRO MANUEL RODRIGUES DA COSTA PEREIRA, resolvem celebrar o presente Protocolo de Colaboração, com respeito pela legislação aplicável e vigente no país de origem de cada uma das partes outorgantes. 1







- Julille of

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima Primeira (DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO).

2. DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO)

2.2. O item 11.1 da Cláusula Décima Primeira passará a vigorar com a seguinte redação:

"O prazo de vigência do presente Protocolo de Colaboração fica prorrogado por 12 (doze) meses, pelo período de 22/10/2025 a 22/10/2026.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 – O presente Termo Aditivo é firmado em conformidade com o artigo 116 da Lei 8.666/93.

4 - DA RATIFICAÇÃO

4.1 – Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no protocolo original que não foram expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

5 - DA PUBLICIDADE

5.1 – A eficácia do termo aditivo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência, nos termos do Decreto nº 3555/2000.







E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes firmam di presente Termo Aditivo em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 testemunhas abaixo assinadas.

Porto/PT, 22 de outubro de 2025.

Conselho Federal de Medicina Dr. José Hiran da Silva Gallo

Presidente

Universidade do Porto

Prof. Doutor António Sousa Pereira

Reitor

Faculdade de Medicina da Universidade do Porto Prof. Doutor Altamiro Manuel Rodrigues da Costa Pereira Diretor

